



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALTO CERRADO DO PARNAIBA
BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO**

MÁRIO LUCIO FERREIRA DE SOUSA

**PRÁTICAS DECOLONIAIS LEGITIMADAS PELO ESTADO: O CASO DO
POVOADO SANGUE EM URUÇUÍ/PI**

**URUÇUÍ-PI
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALTO CERRADO DO PARNAIBA
BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO**

MÁRIO LUCIO FERREIRA DE SOUSA

**PRÁTICAS DECOLONIAIS LEGITIMADAS PELO ESTADO: O CASO DO
POVOADO SANGUE EM URUÇUÍ/PI**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado a banca examinadora do curso de
Administração da Universidade Estadual do
Piauí – UESPI, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Orientador: Prof. Me. Felipe Moura Oliveira

**URUÇUÍ-PI
2025**

S725p Sousa, Mario Lucio Ferreira de.

Práticas decoloniais legitimadas pelo Estado: o caso do povoado
Sangue em Uruçuí/PI / Mario Lucio Ferreira de Sousa. - 2025.
35f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Bacharelado em Administração,
2025.

"Orientador: Prof. Me. Felipe Moura Oliveira".

1. Descolonização. 2. Identidade Indígena. 3. Relações de Poder. I.
Oliveira, Felipe Moura . II. Título.

MÁRIO LUCIO FERREIRA DE SOUSA

**PRÁTICAS DECOLONIAIS LEGITIMADAS PELO ESTADO: O CASO DO
POVOADO SANGUE EM URUÇUÍ/PI**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC julgado
e aprovado para a obtenção do título de
Bacharel em Administração da Universidade
Estadual do Piauí – UESPI.

Linha de Pesquisa: Administração

Aprovado em _____ de _____ de 2025

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Felipe Moura Oliveira
Professor(a) Orientador(a)

Prof^a. Me. Laíse do Nascimento Silva
Segundo Membro da Banca

Prof^a. Dr^a. Marina Bezerra da Silva
Terceiro Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força, sabedoria e paz, agradeço por ter guiado meus passos até aqui. Sem a fé e a esperança renovadas diariamente, este trabalho não teria sido possível.

Às minhas três mães: Maria Alice, Rosa Maria (in memoriam) e Ivanete Lina, meu mais profundo agradecimento. Cada uma, à sua maneira, foi e continua sendo pilar da minha trajetória. O amor, o cuidado e o exemplo de vocês me sustentaram nos momentos de cansaço e incerteza.

Ao Professor Me. Felipe Oliveira, meu orientador, agradeço pela valiosa orientação, pela escuta generosa e pelas contribuições imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Sua dedicação e comprometimento foram essenciais ao longo deste percurso.

Às minhas amigas de curso Joyce Larielle, Karoline Ribeiro e Luciana Ribeiro, companheiras de caminhada que seguraram minha mão nos momentos mais difíceis. Obrigado por dividirem o peso, rirem comigo, acreditarem quando eu duvidei, e seguirem firmes até o fim.

A todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, deixo aqui minha gratidão sincera.

RESUMO

O artigo discute as dinâmicas de opressão e resistência que moldam as relações sociais, políticas e econômicas, focando especialmente no contexto dos povos indígenas e suas lutas por direitos, reconhecimento e soberania. A persistência de legados coloniais e a forma como esses impactos se entrelaçam com as lutas contemporâneas são temas centrais. A pesquisa se insere nesse cenário, abordando como as redes sociais emergem como ferramentas cruciais para a mobilização coletiva e para a promoção de narrativas contrárias às hegemonias dominantes, destacando a interseção entre os protestos sociais e as mídias digitais como um novo campo de luta e resistência cultural para as comunidades indígenas. O problema-chave da pesquisa reside na marginalização contínua das populações indígenas, especialmente no que se refere à violência estatal e à invisibilidade de suas demandas. O estado historicamente tem desempenhado um papel opressor, muitas vezes ignorando os direitos constitucionais e os tratados internacionais que protegem essas comunidades. Nesse contexto, o artigo busca investigar como as práticas decoloniais estão sendo legitimadas pelo município de Uruçuí em relação ao Povoado Sangue, destacando a importância de entender as relações de poder entre o Estado e essas comunidades. O objetivo geral da pesquisa é apresentar soluções para as práticas decoloniais enfrentadas pelo Povoado Sangue, através de uma análise dos movimentos sociais, da resistência cultural e de iniciativas institucionais que visam desafiar as desigualdades estruturais e promover a inclusão. Para isso, o artigo busca desenvolver uma abordagem interdisciplinar para compreender as dinâmicas de resistência e as interações entre diferentes contextos sociais e políticos. A metodologia utilizada é qualitativa, aplicando uma abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa foi realizada no Povoado Sangue, uma localidade rural no município de Uruçuí, Piauí. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com residentes locais e membros da gestão pública, além de uma análise de documentos e notícias relacionadas à comunidade. O estudo utilizou a Análise de Conteúdo como técnica para interpretar os dados qualitativos, organizando as informações em categorias e temas centrais. Os resultados encontrados revelaram uma realidade complexa sobre as relações entre o Estado e os povos indígenas. Apesar de iniciativas estatais que visam, à primeira vista, promover a assistência e o suporte, constatou-se que essas ações frequentemente reforçam práticas de marginalização e invisibilidade dos saberes indígenas. Os entrevistados relataram a experiência de medo ao se identificarem como indígenas, uma herança de violência histórica. Além disso, a pesquisa destacou a importância dos rituais ancestrais como formas de resistência cultural, evidenciando seu papel vital na manutenção da identidade indígena e a necessidade de um acesso à saúde que respeite as especificidades culturais dos povos originários. Os dados também revelaram uma falta significativa de políticas públicas efetivas que reconheçam e garantam os direitos e a identidade dos indígenas. Em conclusão, a pesquisa enfatiza a urgência de um reconhecimento mais respeitoso das realidades indígenas e da valorização da diversidade cultural como parte essencial da sociedade brasileira.

Palavras Chaves: Descolonização. Identidade Indígena. Relações de Poder.

ABSTRACT

The article discusses the dynamics of oppression and resistance that shape social, political, and economic relationships, particularly focusing on the context of indigenous peoples and their struggles for rights, recognition, and sovereignty. The persistence of colonial legacies and how these impacts intertwine with contemporary struggles are central themes. The research takes place within this scenario, addressing how social media emerges as a crucial tool for collective mobilization and the promotion of counter-hegemonic narratives, highlighting the intersection between social protests and digital media as a new field for cultural struggle and resistance for indigenous communities. The key problem of the research lies in the continued marginalization of indigenous populations, particularly regarding state violence and the invisibility of their demands. Historically, the state has played an oppressive role, often ignoring constitutional rights and international treaties that protect these communities. In this context, the article aims to investigate how decolonial practices are legitimized by the municipality of Uruçuí in relation to the Povoado Sangue, emphasizing the importance of understanding power relations between the state and these communities. The overall objective of the research is to present solutions for the decolonial practices faced by the Povoado Sangue, through an analysis of social movements, cultural resistance, and institutional initiatives aimed at challenging structural inequalities and promoting inclusion. To achieve this, the article seeks to develop an interdisciplinary approach to comprehend the dynamics of resistance and the interactions among different social and political contexts. The methodology employed is qualitative, using an exploratory and descriptive approach. The research was conducted in the Povoado Sangue, a rural locality in the municipality of Uruçuí, Piauí. Data was collected through interviews with local residents and members of public administration, alongside an analysis of documents and news related to the community. The study utilized Content Analysis as a technique to interpret qualitative data, organizing information into categories and central themes. The results revealed a complex reality regarding the relations between the state and indigenous peoples. Despite state initiatives that seemingly promote assistance and support, it was found that these actions often reinforce practices of marginalization and invisibility of indigenous knowledge. Interviewees reported experiences of fear when identifying as indigenous, a legacy of historical violence. Additionally, the research highlighted the importance of ancestral rituals as forms of cultural resistance, showcasing their vital role in maintaining indigenous identity and the need for access to healthcare that respects the cultural specificities of indigenous peoples. The data also revealed a significant lack of effective public policies that recognize and guarantee the rights and identity of indigenous individuals. In conclusion, the research emphasizes the urgency of a more respectful recognition of indigenous realities and the valuation of cultural diversity as an essential part of Brazilian society.

Keywords: Decolonization. Indigenous Identity. Power Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização Povoado Sangue-----Pág. 17

Figura 2: Mapa de Stakeholders e suas interações -----Pág. 26

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01: Notícias Disponíveis no Google Notícias sobre o Povoado Sangue	Pág. 19
Quadro 02: Descrição dos participantes desta pesquisa -----	Pág. 20
Quadro 03: Temas centrais da pesquisa por meio da Categorização e Codificação---	Pág. 20
Quadro 04: Visão geral das respostas dos entrevistados na pesquisa -----	Pág. 22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 O ESTADO COMO STAKEHOLDER DE LEGITIMIDADE.....	12
2.2 PRÁTICAS DECOLONIAIS DO ESTADO CONTRA LUTAS INDÍGENAS	14
3. METODOLOGIA	16
4 PRÁTICAS DECOLONIAIS ENCONTRADAS NAS ENTREVISTAS.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	34

1. INTRODUÇÃO

As dinâmicas históricas de opressão e resistência moldaram as relações sociais, políticas e econômicas em diversas regiões do mundo. A persistência dos legados coloniais e sua intersecção com a luta por direitos, reconhecimento e soberania de comunidades marginalizadas, em particular os povos indígenas ainda é objeto de estudo, sendo um desafio para a atualidade. Nesse contexto, a utilização de redes sociais emergiu como um fator relevante na mobilização coletiva e na promoção de narrativas contra-hegemônicas (Lupien et al., 2024; Martin; Norris, 2024). Bradfield (2024) e Kunjan (2024) revelam que as redes sociais se entrelaçam com formas tradicionais de protesto, proporcionando novas ferramentas para a autopreservação cultural e a exposição de violências perpetradas pelo Estado.

A persistência da violência estatal e a invisibilidade atribuída às populações indígenas também são temas centrais em estudos recentes. O protesto ocorrido na prisão de Waikeria, na Nova Zelândia, por exemplo, expõe as condições de supressão e violência racializadas que culminaram em uma expressiva resistência coletiva (Martin; Norris, 2024). Tais manifestações desafiam estruturas de poder hegemônicas, revelando a urgência de um enfrentamento mais abrangente das desigualdades estruturais (Lupien et al., 2024).

No âmbito acadêmico, o debate sobre descolonização tem ganhado espaço, destacando a importância de enfrentar as estruturas de poder epistêmicas que perpetuam as dinâmicas coloniais (Bradfield, 2024; Kunjan, 2024). As contribuições de estudos sobre os impactos da colonização também enfatizam a necessidade de construir narrativas mais inclusivas e representativas, que refletem as vozes e experiências dos povos marginalizados, muitas vezes esquecidos no processo de tomada de decisões, sendo esse, um processo desenvolvimentista, sem a responsabilidade de inclusão social (Barolsky; Castro; Paradies, 2024; Belluigi; Arday; O'keeffe, 2024).

As relações de poder entre o Estado e os povos indígenas no Brasil são marcadas por uma longa história de desigualdades, exploração e imposição de valores alheios às culturas originárias, neste contexto desde o período do Brasil colonial até os dias atuais, o Estado tem desempenhado um papel central na legitimação de práticas que reforçam a assimetria de poder, muitas vezes justificadas por interesses econômicos, políticos e sociais (Luciano, 2006). Essas práticas incluem a expropriação de terras, a marginalização cultural e a violência institucionalizada, que frequentemente ignoram os direitos constitucionais e os tratados internacionais que protegem os povos indígenas (Luciano, 2006). Convém lembrar que o estudo dessas relações se torna essencial para compreender e refletir sobre as possibilidades de

resistência e transformação frente as dinâmicas de opressão sofridas pelos povos indígenas e o estado.

Portanto, esta pesquisa busca apresentar soluções para as práticas decoloniais legitimadas pelo município de Uruçuí contra o Povoado Sangue. Ao sintetizar perspectivas diversas, explora-se como movimentos sociais, resistência cultural e iniciativas institucionais contribuem para desafiar as desigualdades estruturais, promovendo a inclusão e a decolonização. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, pretende-se compreender como essas dinâmicas são articuladas em diferentes contextos e quais são as implicações para a construção de sociedades mais justas e equitativas (Rolando; Barletti, 2024; Go, 2023).

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 O ESTADO COMO STAKEHOLDER DE LEGITIMIDADE

Pode-se visualizar uma variedade de stakeholders para o caso de qualquer organização que venha a ser analisada, seja ela empresa ou não. No entanto, como destaca Freeman (1984), há necessidade de legitimidade desses stakeholders em relação à organização (e vice-versa), com a separação daqueles que seriam considerados legítimos e daqueles considerados genéricos, segundo Freeman (1984) e Mitchell et al. (1997). Sendo os stakeholders legítimos aqueles que possuem uma relação direta e legítima com a organização, seja por meio de contratos, obrigações legais, financeiras, ou porque estão diretamente afetados pelas decisões e atividades da organização e os stakeholders genéricos aqueles que tem um interesse mais difuso e que também afetam no processo de tomada de decisões.

Dessa forma, o Estado é um stakeholder legítimo quando a população, em seu coletivo, escolhe se submeter às suas regras, mesmo que alguns cidadãos individualmente possam rejeitar ou desaprovar alguns aspectos das regras, como algumas leis específicas (Claasen; Roloff, 2012). O Estado é frequentemente reconhecido como um stakeholder central da legitimidade política, assumindo o papel de mediador das relações sociais, econômicas e políticas dentro de um sistema de governança (Arif; Dutta, 2024). A legitimidade estatal está associada à capacidade de um governo de ser aceito por seus cidadãos e exercer autoridade de forma eficaz, garantindo a estabilidade institucional e a governabilidade (Mohammed, 2022). No entanto, essa legitimidade não é neutra nem universalmente inclusiva. Ela pode ser seletiva e instrumentalizada para reforçar relações de poder desiguais, promovendo a exclusão de minorias e grupos vulneráveis.

Embora a legitimidade seja vista como uma forma de garantir a coesão social e a estabilidade política, historicamente, os Estados também a utilizaram para consolidar hierarquias de poder e justificar exclusões sociais (Diamond, 2023). Em muitos contextos, os governos reivindicam legitimidade para definir quem é parte legítima da nação e quem pode ser excluído de direitos políticos, sociais e territoriais. Isso é evidente na marginalização de povos indígenas, imigrantes e minorias étnicas que frequentemente enfrentam barreiras institucionais para o reconhecimento de seus direitos (Jongen & Scholte, 2021).

A governança multistakeholder, por exemplo, frequentemente apresenta o Estado como um ator neutro e legítimo na mediação de interesses. Entretanto, essa abordagem pode mascarar a subordinação de grupos que não possuem acesso igualitário aos processos decisórios (Braun; Busuioc, 2020). Assim, a legitimidade pode ser utilizada estrategicamente para reforçar políticas de exclusão, ao passo que certos grupos são invisibilizados por narrativas institucionais que os descrevem como “não pertencentes” ao corpo político da nação.

O uso do discurso da legitimidade também serve para deslegitimar movimentos sociais que desafiam o status quo, especialmente aqueles liderados por minorias. Por meio da criminalização da resistência, o Estado pode justificar repressões violentas e limitar a participação democrática de determinados grupos (Nomikos, 2021). Em contextos de disputas territoriais, por exemplo, o Estado frequentemente reivindica sua legitimidade para justificar o deslocamento de comunidades indígenas e quilombolas em prol de projetos de desenvolvimento econômico que favorecem elites políticas e empresariais (Nasiritousi; Faber, 2020).

Além disso, a narrativa estatal pode invisibilizar populações marginalizadas ao restringir sua representação nos processos de tomada de decisão. Em regimes democráticos, isso pode ocorrer por meio da imposição de barreiras burocráticas ao exercício da cidadania ou da manipulação de políticas públicas para beneficiar determinados grupos em detrimento de outros (Dodworth, 2022).

McGahan (2021), abordam em seus estudos o que chamam de uma Nova Teoria dos Stakeholders, na qual se repousa especialmente em argumentos econômicos e jurídicos de que os stakeholders continuaram a transacionar com as respectivas organizações somente se receberem a fatia de acordo com as entregas ou as renúncias que fazem face aos interesses da organização. Nesse sentido, o autor aponta que são exploradas cinco áreas importantes para os estudos, a formação organizacional, o desenvolvimento de recursos, reivindicações de valor, governança e desempenho.

Na linha da Teoria dos Stakeholders e de acordo com Teoria do Valor Compartilhado, Alsayegh, Rahman e Homayoun (2020) explicam a necessidade do alinhamento do

desempenho econômico, ambiental e social, com o intuito de obter uma gestão sustentável para a sociedade e o meio ambiente, sendo estes perpetuados para as gerações futuras, assim como garantindo a sobrevivência das organizações. Evidenciar e gerir as organizações de acordo com os objetivos de desempenho econômico, ambiental e social podem gerar vantagens competitivas para as empresas, como por exemplo, maior eficiência e competitividade, custos operacionais e riscos financeiros reduzidos além de uma maior reputação corporativa e confiança dos envolvidos.

Para Cruz (2017), os indígenas no Brasil foram considerados como “gente sem religião, sem justiça e sem estado” o que retrata uma oposição entre homem natural e estado. Essa visão está baseada em uma perspectiva evolucionista e colonialista que desconsidera outros modos de ser e viver para justificar a sua dominação como se os europeus fossem povos superiores.

Por outro lado, apesar da historiografia tradicional e colonialista colocar os indígenas como passivos ou selvagens, eles sempre teceram formas de resistências e lutas pelos seus territórios e seus modos de vida ancestrais. Também, de forma habilidosa souberam se aliar aos portugueses ou a outros povos indígenas quando lhes era conveniente. Portanto, eles também foram agentes de sua história, embora vencidos na maior parte das vezes devido ao poder bélico dos invasores de suas terras (CRUZ, 2017).

2.2 PRÁTICAS DECOLONIAIS DO ESTADO CONTRA LUTAS INDÍGENAS

De acordo com Barbosa (2023), o termo decolonialismo ou decolonialidade significa o conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que tentam diminuir, e até reverter, os efeitos da colonização nas sociedades em que o processo histórico de repressão social ocorreu. Decolonialismo é diferente de descolonização, enquanto a descolonização se refere às lutas das colônias africanas, asiáticas e latino-americanas para se tornarem independentes das respectivas metrópoles, o decolonialismo tem como princípio que a independência política não acabou com instituições, hábitos e práticas coloniais, a partir dos estudos decoloniais entende-se que, mesmo após a independência política, as nações continuam sofrendo com as feridas provocadas pelos séculos de colonialismo, como: machismo e dependências cultural e acadêmica.

Os estudos decoloniais têm se configurado como uma alternativa para desconstruir padrões impostos aos povos invisibilizados e subalternizados, a concepção de decolonialidade está ancorada nas críticas à modernidade e ao capitalismo (Leite *et. al.*, 2024). Dentre as críticas, observam-se a divisão assimétrica entre visões de mundo, o sul global e o norte global, uma vez que as dinâmicas correspondentes às ideias de desenvolvimento econômico têm sido

favoráveis para o avanço da classe ou elite capitalista global (norte global) e dramaticamente opressoras para uma crescente população em escala global (sul global) (Hurrell, 2013).

Desde a colonização dos povos indígenas, as prisões têm sido a manifestação mais aberta do poder estatal e do controle social racializados, que continua fortemente dependente de mitos da criminalidade e desvios indígenas para justificar a expansão dos poderes legítimos da polícia (Deckert, 2023; George et al., 2020; Martinho, 2023).

Diversos líderes, intelectuais e acadêmicos indígenas argumentam que as concepções ocidentais sobre terra e território divergem significativamente das concepções indígenas. A visão ocidental frequentemente enfatiza a terra como propriedade privada, estabelecendo narrativas que legitimam a conquista, a exploração territorial e a dominação estatal sobre espaços tradicionalmente ocupados por povos indígenas (Atleo; Boron, 2022). Esse modelo eurocêntrico sustenta um arcabouço jurídico que reduz a terra a um bem transacionável, dissociando-a de seus significados culturais, espirituais e coletivos para as populações indígenas (Rosales, 2022).

Em contraste, as concepções indígenas enfatizam a territorialidade como um vínculo dinâmico e interdependente com a terra, onde esta não é meramente um recurso, mas sim um elemento essencial para a manutenção da identidade, da governança e da cosmovisão dos povos originários (Guernsey, 2023). Estudos recentes demonstram que a cartografia e a toponímia indígenas refletem formas sofisticadas de mapeamento territorial, evidenciando que os povos indígenas sempre possuíram concepções formais sobre seus territórios, em oposição à narrativa colonial que os descreve como destituídos de organização espacial (Cole; Hart, 2021).

Além disso, a luta pela autodeterminação territorial não se restringe ao acesso à terra, mas está intrinsecamente relacionada à soberania política e cultural dos povos indígenas. A territorialidade indígena compreende práticas de gestão coletiva dos recursos naturais, conservação ecológica e transmissão intergeracional de conhecimentos (Sarigumba et al., 2023). Dessa forma, a imposição de estruturas ocidentais de propriedade e jurisdição estatal frequentemente gera conflitos que ameaçam a integridade dos povos indígenas e a continuidade de seus modos de vida (Ojong, 2020).

A partir dessas considerações, torna-se evidente que a narrativa eurocêntrica sobre a terra como propriedade privada sustenta um modelo de colonização territorial que desconsidera as concepções indígenas de pertencimento e cuidado com o território. A resistência e a luta pela recuperação das terras tradicionais se configuram como estratégias fundamentais para a reafirmação da autonomia indígena e para a manutenção de suas práticas culturais e espirituais (Mondardo, 2023).

Em contraste, as filosofias indígenas de lugar e terra tendem a ser construídas sobre a relação entre terra, conhecimento e existência; onde a compreensão comunal e as conexões compartilhadas com a terra são fundamentais. Sandy Grande explica essa contradição claramente: “Ao contrário das sociedades seculares — onde terra significa propriedade, propriedade significa capital e capital significa riqueza, status e poder — a terra em sociedades ‘sagradas’ significa conexões com a família, tribo e ancestrais” (Grande 2004). Para os povos indígenas, o vínculo com a terra não é de propriedade ou exploração, mas o elemento material e espiritual fundamental para preservar a cultura e deixar um legado para as gerações futuras. Além disso, terra e território não são apenas bens materiais, mas são um direito dos povos indígenas, pois sem terra ou território, os povos indígenas não podem existir (Melin *et al.*, 2019; Lon-Com, 2023; Justice; O'Brien 2021).

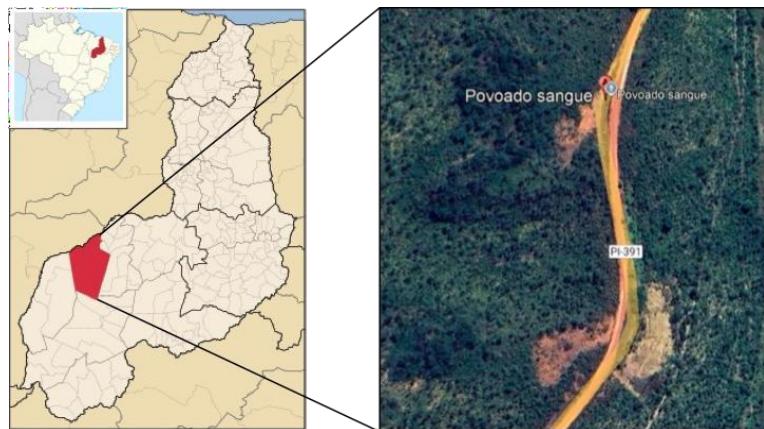
3. METODOLOGIA

3.1 Descrição do Povoado Sangue

A cidade de Uruçuí localiza-se na região sul do Piauí, com uma população de 24.647,00 habitantes, sendo o maior município piauiense em extensão territorial com 8.413,016 km². A área é fitogeograficamente caracterizada por um clima tropical subúmido quente, com duração do período seco de cinco meses, vegetação de campo cerrado e cerradão (IBGE, 2024). A comunidade Sangue, fica localizada na Zona Rural, a aproximadamente 35 km da cidade de Uruçuí-PI.

Sangue é o nome de um dos vários povoados que compõem a extensa zona rural de Uruçuí, município de maior área territorial do Piauí e conhecido por ostentar uma renda per capita que chega a ultrapassar a de Teresina, capital do estado. Tamanha desigualdade, exclui-se os pobres dos fartos lucros anuais, para tal a memória da cidade de Uruçuí-PI, exalta grandes personalidades da política e esconde momentos de violência que fizeram parte da construção do município e da própria história fundiária da região (Costa *et al.*, 2019). O lócus da pesquisa se encontra detalhado na Figura 1.

Figura 1 - Localização do Povoado Sangue em Uruçuí-PI.



Fonte: Próprio (2025).

Os relatos acerca da formação do Povoado Sangue são exemplares nesse sentido. Para o historiador Anchieta Santana, “Sangue não é nenhuma homenagem rendida aos colonizadores desses recantos do sul piauiense, mas um registro de um massacre sanguinolento ocorrido nas caatingas daquele lugarejo” (Santana, 2017, s./p.).

Conforme afirmam Costa *et al.* (2019), a relevância atribuída às memórias da comunidade Sangue, situada no município de Uruçuí-PI, decorre do saber coletivo de seus habitantes, que preservam seu maior patrimônio: as histórias transmitidas ao longo de diversas gerações dentro de uma família. Entretanto, é importante destacar que, para compreender os eventos que marcaram o Povoado Sangue, é necessário desconstruir as ideias preconcebidas sobre a cultura indígena e sua trajetória. Isso envolve uma análise crítica da ocupação dos territórios promovida pelos colonizadores portugueses (Costa *et al.*, 2019).

3.2 Tipologia da Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, aplicada, exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa é a mais adequada para o estudo, pois busca compreender as relações de poder entre o Estado e os povos indígenas no contexto do Povoado Sangue, em Uruçuí-PI. Esse tipo de pesquisa permite a investigação de percepções, discursos e práticas institucionais, analisando subjetividades e processos históricos por meio de fontes primárias, como entrevistas, e fontes secundárias, como documentos e notícias. Fundamenta-se nas cinco características apontadas por Bogdan e Biklen (2003): ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e análise indutiva. Além disso, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois seu objetivo é gerar conhecimento que possa ser utilizado na compreensão e no enfrentamento das práticas decoloniais legitimadas pelo município de Uruçuí contra o Povoado Sangue.

Assim, busca-se não apenas uma compreensão teórica do fenômeno, mas também a possibilidade de aplicação prática dos resultados, conforme destacado por Gil (2010). No que tange aos seus objetivos, o estudo insere-se no escopo da pesquisa exploratória, uma vez que pretende preencher lacunas sobre as dinâmicas de poder e resistência indígena no contexto local, contribuindo para a formulação de hipóteses e novas perspectivas sobre a legitimidade estatal e as práticas decoloniais. Essa abordagem segue a visão de Aaker, Kumar e Day (2004), que ressaltam a importância da pesquisa exploratória na construção inicial do conhecimento sobre temas complexos.

A pesquisa apresenta caráter descritivo, pois visa detalhar o contexto histórico, político e social das relações de poder no Povoado Sangue, descrevendo práticas do Estado em relação aos povos indígenas e apresentando dados coletados para ilustrar essa dinâmica. Conforme Vergara (2000), a pesquisa descritiva é essencial para identificar correlações entre variáveis e fornece uma base sólida para futuras análises explicativas. Dessa forma, a combinação dessas abordagens metodológicas possibilita uma análise aprofundada do objeto de estudo, permitindo a construção de um conhecimento crítico e embasado sobre as relações de poder e resistência indígena no Brasil.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados desta pesquisa fundamenta-se em fontes primárias e secundárias, permitindo uma análise abrangente sobre as relações de poder e as práticas decoloniais legitimadas pelo Estado no Povoado Sangue, em Uruçuí-PI.

As fontes secundárias, por sua vez, englobam a análise de materiais documentais e jornalísticos que contextualizam historicamente as práticas estatais e sua relação com o Povoado Sangue, neste caso, o *corpus* é composto por 6 (seis) notícias disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Uruçuí. Como destaca Malhotra (2004), dados secundários são aqueles originados de fontes já existentes, analisados com o propósito de fornecer subsídios à compreensão do problema em estudo. No caso desta pesquisa, as notícias publicadas em portais oficiais e em meios de comunicação locais serão utilizadas para identificar a narrativa construída pelo Estado sobre a comunidade e as ações institucionais voltadas para essa população. Esse levantamento documental permitirá contrastar as perspectivas institucionais com os relatos dos participantes, enriquecendo a análise e contribuindo para uma visão mais ampla e crítica sobre a temática abordada.

O Quadro 1 apresenta a descrição de todas as notícias realizadas pela Prefeitura Municipal de Uruçuí disponíveis sobre o Povoado Sangue.

Quadro 1 – Notícias Disponíveis no Google Notícias sobre o Povoado Sangue

Notícia	Link	Ano	Conteúdo
Nativos do povoado sangue	https://urucui.pi.gov.br/espaco-cultural/nativos-do-povoado-sangue/	2020	A temática indígena da região do Povoado Sangue é temática de interesse para pesquisas e discussões segundo o Município de Uruçuí.
Índios fazem ritual para ancestrais no povoado Sangue	https://urucui.pi.gov.br/espaco-cultural/indios-fazem-ritual-para-ancestrais-no-povoado-sangue/	2020	A gestão pública valoriza a perpetuação das tradições indígenas, principalmente a ancestralidade.
Povoado Sangue recebe ponto de atendimento de saúde	https://urucui.pi.gov.br/povoado-sangue-recebe-ponto-de-atendimento-de-saude/	2019	A Prefeitura valoriza a saúde dos povos nativos do Povoado sangue.
Festejo de São Pedro movimenta zona rural de Uruçuí com competições de prado e torneio de futebol	https://urucui.pi.gov.br/festejo-de-sao-pedro-movimenta-zona-rural-de-urucui-com-competicoes-de-prado-e-torneio-de-futebol/	2023	A Prefeitura promove eventos que valorizam a integração cultura local e incentivam práticas esportivas.
Mutirão Oftalmológico Gratuito em Uruçuí: Uma Iniciativa da Clínica dos Olhos em Parceria com a Prefeitura	https://urucui.pi.gov.br/mutirao-oftalmologico-gratuito-em-urucui-uma-iniciativa-da-clinica-dos-olhos-em-parceria-com-a-prefeitura/	2024	A Prefeitura realiza práticas de saúde ocular em diversas faixas-etárias dos moradores do Povoado Sangue
SEAGRI inicia aração de terras na zona rural de Uruçuí	https://urucui.pi.gov.br/seagri-inicia-aracao-de-terrass-na-zona-rural-de-urucui/	2022	A Prefeitura informa sobre o incentivo à agricultura familiar e ao pequeno agricultor.

Fonte: Próprio do Autor, com base nas notícias (2025).

Após a análise das notícias, foi possível construir o roteiro de pesquisa, por sua vez, possibilitando a aplicação para os entrevistados. Para isso, realizou-se um pré-teste com um participante da Prefeitura Municipal de Uruçuí. Com isso, as fontes primárias consistem nas entrevistas realizadas ao longo do estudo, sendo 2 moradores do Povoado Sangue e 2 membros da Prefeitura Municipal de Uruçuí, para assim possibilitar a obtenção de informações diretas junto aos participantes que vivenciam ou analisam criticamente o fenômeno investigado. Segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa, sendo caracterizada como um processo estruturado de interação face a face entre pesquisador e entrevistado, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre determinado tema. No contexto desta pesquisa, as entrevistas desempenham um papel central

ao proporcionar relatos, percepções e narrativas que evidenciam a experiência dos sujeitos envolvidos nas dinâmicas de resistência e marginalização impostas pelo Estado.

A escolha dos nomes foi pautada em seu significado cultural, evocando elementos da natureza, da espiritualidade e da sabedoria tradicional dos povos originários, em consonância com o enfoque decolonial desta investigação. Assim, os nomes fictícios utilizados foram: Yara Tupinambá e Portira para as participantes do sexo feminino e Cauã e Tupã Mirim para os participantes do sexo masculino. Dessa forma, o Quadro 2 apresenta a descrição dos participantes desta pesquisa, vale ressaltar que houve o sigilo de suas identidades para resguardá-los.

Quadro 2 - Descrição dos participantes desta pesquisa

Pseudônimo	Sexo	Idade	Profissão
Cauã	M	32	Enfermeiro
Portira	F	40	Assistente Social
Yara Tupinambá	F	66	Indígena
Tupã Mirim	M	65	Indígena

Fonte: Próprio, com base nas entrevistas (2025).

Esses nomes foram escolhidos por remeterem à mitologia tupi-guarani, aos povos originários do Brasil e à valorização de saberes ancestrais, contribuindo para reforçar o alinhamento simbólico entre os sujeitos da pesquisa e o campo temático investigado.

3.4 Análise de Dados

A análise de dados desta pesquisa é realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo interpretar os discursos presentes nas entrevistas realizadas. Inicialmente, é feita a pré-análise, com a seleção e tratamento do corpus das entrevistas para identificação de temas recorrentes.

Em seguida, procede-se à exploração do material, por meio da codificação e categorização dos dados, organizando-os em temas centrais, como apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Temas centrais da pesquisa por meio da Categorização e Codificação

Categorização	Codificação
Identidade	Povoado Sangue Comunidade Local
Rituais Ancestrais	Práticas culturais Práticas espirituais Práticas de outras religiões
Acesso à Saúde	Práticas de preservação da história e tradições da comunidade
Ações Estatais	Disponibilidade de serviços de saúde para a população local Práticas agrícolas que envolvem o preparo e cultivo da terra Práticas educativas sobre uso de terra

Fonte: Próprio, com base nas entrevistas (2025).

Por fim, o tratamento dos resultados permite analisar os padrões narrativos das notícias e compará-los com os relatos obtidos nas entrevistas, contrastando as diferentes perspectivas sobre o Povoado Sangue. Essa abordagem possibilita uma reflexão crítica sobre como o discurso oficial do Estado contribui para a manutenção ou contestação das práticas decoloniais, revelando significados implícitos nas narrativas institucionais e suas implicações para a resistência indígena na região.

4 PRÁTICAS DECOLONIAIS ENCONTRADAS NAS ENTREVISTAS

Esta seção refere-se à análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa, tendo o seu foco na análise de entrevistas no intuito de compreender as relações de poder entre o Estado e os povos indígenas no contexto do Povoado Sangue, em Uruçuí-PI. A análise das entrevistas revelou uma situação multifacetada, haja vista que há entrevistas com povos indígenas e membros da gestão pública, que envolve a vida dos povos indígenas no Povoado Sangue, no Piauí, conforme apresentado no Quadro 4. Esta seção está dividida de acordo com as categorias identificadas neste estudo.

4.1 Identidade dos nativos do Povoado Sangue

O Povoado Sangue, uma localidade rica em cultura, é habitado por nativos que preservam tradições ancestrais essenciais para a identidade da comunidade. Entre essas tradições, destacam-se os rituais ancestrais que buscam fortalecer os laços entre os membros da comunidade e resgatar a essência de sua história. Esses rituais, que podem incluir danças, cantos e celebrações específicas, são momentos de conexão espiritual, onde as gerações mais velhas transmitem seus conhecimentos e sabedorias para os mais jovens, conforme apresentado no Quadro 4.

A questão do massacre e do medo de se identificar como indígena é um ponto central na fala de Tupã Mirim: “devido a esse massacre há muitos anos não se viam pessoas autodeclarados como indígenas por medo de ser mortos pelos coronéis, herança dessa matança que ocorreu há tantos anos...”. O mesmo destaca a herança de uma história traumática que ainda repercute nas comunidades, evidenciando como a violência histórica impactou a autoidentificação e a visibilidade dos povos indígenas.

De acordo com Peruzzo e Ozi (2020), o direito à autodeclaração tem tanto uma dimensão cultural de pertencimento a um grupo étnico ou racial específico, como também uma dimensão subjetiva, relacionada à personalidade do sujeito que titulariza e luta por direitos. Ou seja, o

direito à autodeclaração, nesse sentido corresponde a um desdobramento do direito à personalidade jurídica, considerando a indispensabilidade da condição do indígena para a legitimidade de muitas lutas por direitos, como as lutas por cotas e pela terra tradicional.

Em suma, o indígena Tupã Mirim enfatiza que é importante que se tenha uma reflexão sobre a necessidade de um reconhecimento legislativo mais atento e inclusivo, que considere e respeite as realidades diversas da população, especialmente daqueles que se encontram em situações de marginalização ou invisibilidade. Somado a isso, Cauã afirma: “devido a esse massacre, há muitos anos não se viam pessoas autodeclaradas como indígenas por medo de serem mortas pelos coronéis, herança dessa matança que ocorreu há tantos anos”. Essa questão é crucial para entender a resistência cultural e a luta pela valorização da identidade indígena.

4.2 Rituais Ancestrais dos Povos Originários

Na pauta dos rituais ancestrais, como os ciclos de plantio e celebrações, são apresentados como formas de resistência cultural. Este aspecto é vital para a manutenção da identidade indígena, pois promove a transmissão de conhecimento e valores passados de geração em geração. A continuidade dessas práticas mostra a resiliência das comunidades frente à imposição de culturas externas e seu papel na luta pela preservação de direitos, um exemplo da imposição cultural é a realização dos festejos de São Pedro pela gestão pública, a síntese dos resultados está apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Visão geral das respostas dos entrevistados na pesquisa.

Pseudônimo	Festejos de São Pedro	Rituais Ancestrais	Ciclos de Plantio
Cauã	Informa que as festividades, não têm traços indígenas, contudo geram benefícios à comunidade.	Reconheceu a importância.	Destaca que a prefeitura apoia as comunidades com aração do solo, assistência técnica e doação de cestas básicas.
Portira	Destaca apenas benefícios do festejo.	Reconheceu a importância.	Não soube responder
Yara Tupinambá	Destaca que há aculturação na cultura indígena moderna, bem como informa que carece de celebrações das próprias tradições.	Há crescente interesse pela cultura do Povoado Sangue por pesquisadores e historiadores.	Destaca a falta de insumos para povos indígenas.
Tupã Mirim	Destaca que há aculturação na cultura indígena moderna, bem como informa que carece de celebrações das próprias tradições.	Destaca os Deuses dos povos indígenas.	Os indígenas de Uruçuí enfrentam perda de terras e desgaste do solo, necessitando de apoio da gestão pública.

Fonte: Próprio, com base nas entrevistas (2025).

Diante dos dados expostos, fica evidente que os povos indígenas compartilharam suas histórias e experiências, ressaltando como seus rituais são fundamentais para a sua identidade cultural e para a preservação de conhecimentos ancestrais. Os participantes explicaram que essas práticas, que vão desde cerimônias para agradecer à natureza até rituais de passagem, desempenham um papel crucial na coesão social e na transmissão de valores para as novas gerações. Para eles, os rituais são uma forma de conectar os presentes com os ancestrais, permitindo que a sabedoria acumulada ao longo do tempo continue a influenciar suas vidas, conforme ressalta Tupã Mirim no Quadro 05.

É notório que, os não indígenas, muitas vezes desconhecedores da profundidade e da complexidade desses rituais, reconheceram a necessidade de aprender com essas tradições. Muitos expressaram admiração pelas práticas indígenas e como elas promovem uma relação mais consciente e respeitosa com o meio ambiente, como por exemplo Cauã e Potira. Durante a discussão, ficou claro que há um reconhecimento crescente de que os rituais indígenas não só enriquecem a cultura daquele grupo específico, mas também podem oferecer valiosas lições e perspectivas para toda a humanidade.

Deste modo, sinaliza-se a semelhança entre todos os participantes da pesquisa, no qual, tanto indígenas quanto não indígenas concordaram que os rituais ancestrais são de extrema importância, deste modo os rituais ancestrais indígenas desempenham um papel fundamental nas sociedades indígenas, servindo a diversos propósitos que estão profundamente entrelaçados com a cultura, a identidade e a espiritualidade desses povos. Portanto, muitos rituais são realizados em homenagem à terra, às águas, às florestas e aos animais, pois ajudam a fortalecer a relação dos indígenas com o meio ambiente e a reconhecer a interdependência entre os seres humanos e a natureza, reforçando a conexão com a natureza.

Eles representam uma forma de resistência cultural e um legado que deve ser preservado e respeitado. Em um mundo marcado por mudanças rápidas e pela busca de conexão com o que realmente importa, os rituais indígenas emergem como guias valiosos, lembrando-nos da sabedoria dos nossos ancestrais e da necessidade de harmonia com a Terra. Na Bahia, local onde ocorre uma elevada diversidade de comunidades indígenas que o ocuparam historicamente, essa diversidade evidencia de maneira direta a complexidade cultural e étnica que caracterizava o território baiano. Os registros de Curt Nimuendajú destacam a existência de mais de 50 sociedades indígenas distintas e pelo menos 9 etnias diferentes na região em tempos passados (Guimarães *et al.*, 2022).

De acordo com Silva (2024), cada etnia possui suas próprias práticas rituais, que dão ênfase as suas cosmovisões, relações com a natureza e herança cultural. No entanto, todos compartilham a importância desses rituais como formas de preservar sua identidade étnica, fortalecer seus laços comunitários e manter vivas suas tradições ancestrais.

Os rituais desempenham um papel pertinente na vida e na cultura dessas comunidades, representando não apenas elementos de expressão espiritual, mas também formas extremamente pertinentes de identidade étnica e cultural, os quais emergem como conexão desses povos com sua terra, sua história e seus ancestrais (Silva, 2024). Vale ressaltar que a falta de elementos culturais indígenas nas festividades, como o Festejo de São Pedro, reflete uma desconexão entre a cultura local e as práticas festivas. Embora as festividades tragam benefícios à comunidade através do apoio municipal, a ausência da cultura indígena nas celebrações pode ser vista como uma perda de oportunidades para a valorização da identidade e das tradições locais.

4.3 Acesso à Saúde para os Povos Indígenas do Povoado

Para Starck e Fortana (2023), a saúde é um direito social trazido pela Carta Magna, complementado pela Lei do SUS, no caso da população indígena, é preciso levar em conta as especificidades do modo de ser e entender o mundo, para tanto, exige-se um agir diferenciado do Estado. A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas enumera uma série de diretrizes a fim de garantir o respeito à interculturalidade e os costumes próprios dessas comunidades (Starck; Fortana, 2023).

A discussão sobre a saúde indígena revela uma transição e um modelo de atendimento que, embora beneficie a comunidade, ainda carece de estrutura adequada e profissionais qualificados. A ênfase na necessidade de aumentar a equipe aponta para uma demanda por uma saúde mais eficaz e adaptada às especificidades culturais e sociais da população indígena. Desse modo, o acesso à saúde indígena é descrito para Tupã Mirim, como insatisfatório, e que embora haja iniciativas governamentais, os entrevistados apontam uma carência de recursos e profissionais de saúde adequados. O mesmo ressalta que o trabalho da prefeitura é reconhecido, mas, também se destaca a falta de suporte do governo federal e a necessidade de uma equipe mais robusta no atendimento à saúde indígena. Notou-se que a inclusão da saúde indígena dentro do sistema de saúde público se revelou problemática, exigindo uma abordagem diferenciada.

Contudo, apesar do desenvolvimento da extensa legislação interna e internacional que versa sobre direitos humanos, ainda não há no Brasil uma Política de Saúde capaz de dar conta

das especificidades dos povos indígenas. Como visto, ainda está muito presente o modo de pensar e agir predominante, o que dificulta um atendimento de acordo com o preceituado pela Constituição Federal (Starck; Fortana, 2023).

4.4 Ações Estatais para/contra o Povoado Sangue

No tocante a gestão do Estado é fato que o apoio da prefeitura local na aração de terras e suporte técnico para o plantio é um exemplo positivo de política pública que contribui diretamente para a segurança alimentar da população indígena. A doação de cestas básicas com produtos da agricultura familiar mostra uma tentativa de integração e valorização dos produtos locais, mas também destaca a necessidade de um foco mais amplo em práticas sustentáveis e autonomia econômica.

No entanto, apesar das tentativas de reduzir as dificuldades enfrentadas por esse público nota-se ainda uma ausência de políticas públicas efetivas que atendam as especificidades dos povos indígenas tornando-se assim uma discussão recorrente. Há expressões de frustração quanto à falta de atenção dos gestores públicos em relação às questões dos povos indígenas, assim como críticas à visão de que não existem mais indígenas na região. Essa invisibilidade social contribui para a marginalização ainda mais acentuada dessas comunidades.

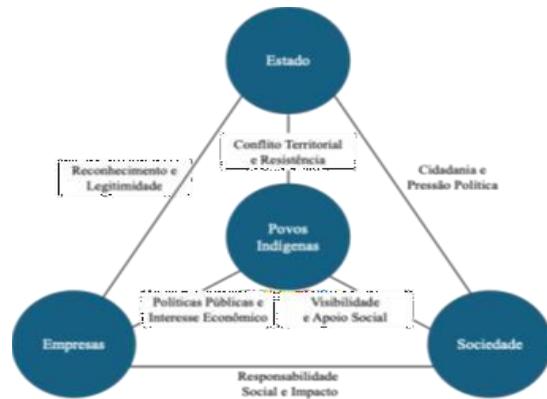
Entretanto, a incorporação do conceito nas políticas indigenistas de países da América do Sul tem se mostrado pouco efetiva e, “frequentemente, as lideranças que trabalham com vistas a lutar pelas agendas políticas do viver bem de seus povos, não vivem bem; no sentido de que elas e eles não estão engajados em relações de criação de corpos, artefatos, subjetividades e territórios” (Belaunde, 2017, p. 196).

4.5 Síntese das Práticas Decoloniais Legitimadas pelo Estado contra o Povoado Sangue

As relações estabelecidas entre os principais stakeholders identificados no contexto do Povoado Sangue, representadas na Figura 2, são: o Estado, as empresas, a sociedade civil e os povos indígenas. Conforme definido por Freeman (1984), stakeholders são grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pelas ações de uma organização. No caso analisado, o Estado atua como stakeholder central, dada sua responsabilidade institucional na condução de políticas públicas e garantia de direitos fundamentais. As empresas exercem influência indireta, mediada por interesses econômicos e políticas de desenvolvimento, enquanto a sociedade civil aparece como um stakeholder de legitimidade mais difusa, mas com potencial mobilizador e de apoio às lutas sociais. Os povos indígenas, embora posicionados como atores afetados por todos os demais, também se constituem como stakeholders legítimos com alto grau de urgência,

conforme os critérios propostos por Mitchell et al. (1997), que consideram poder, legitimidade e urgência para definir o grau de influência de um ator. Sobre o Estado, os achados entram em conformidade com os autores Claassen e Roloff (2012), Arif e Dutta (2024) e Mohammed (2022), que informam que o Estado é um stakeholder com legitimidade.

Figura 2 – Mapa de Stakeholders e suas interações



Fonte: Próprio, com base nas entrevistas (2025).

A Figura 2 sintetiza as relações de poder identificadas nas entrevistas realizadas no Povoado Sangue, evidenciando como os povos indígenas se encontram no centro de um sistema de interações tensionadas com o Estado, as empresas e a sociedade. A relação com o Estado, representada pelo eixo “Conflito Territorial e Resistência”, reflete os efeitos contínuos de uma colonização que, como apontado por Luciano (2006), historicamente expropriou territórios, instituiu violências e marginalizou culturas indígenas. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora existam ações estatais voltadas à assistência agrícola e alimentar, elas não são acompanhadas por políticas estruturadas que reconheçam a identidade étnica e os direitos coletivos da comunidade. Esse padrão reforça o que Nasiritousi e Faber (2020) identificam como o uso seletivo da legitimidade estatal para favorecer interesses econômicos em disputas territoriais, o que se alinha também à crítica de Mohammed (2022) sobre a seletividade excluente da legitimidade política. A ausência de reconhecimento pleno e de participação equitativa nos processos decisórios demonstra a persistência do que Barolsky, Castro e Paradies (2024) denunciam como exclusão sistemática das vozes marginalizadas.

No campo das relações com empresas e sociedade, observa-se um modelo de intervenção que prioriza ações de interesse econômico, como apoio ao plantio e distribuição de insumos, sem contemplar a autonomia ou as epistemologias próprias dos povos originários. Isso confirma os apontamentos de Bradfield (2024) e Kunjan (2024), que denunciam o

entrelaçamento entre práticas institucionais e imposições epistêmicas coloniais. A valorização dos rituais ancestrais, reconhecida nos dados, evidencia a resistência cultural como estratégia de preservação identitária, o que se articula com Sarigumba et al. (2023) e Guernsey (2023), ao indicarem a dimensão espiritual, relacional e coletiva do território indígena. Entretanto, a ausência desses elementos nas festividades oficiais, como os festejos de São Pedro, reflete a crítica de Cruz (2017) à representação colonial dos indígenas como sujeitos sem cultura reconhecida, reduzidos à condição de beneficiários de políticas públicas assistenciais. Assim, como destacam Lupien et al. (2024) e Rolando e Barletti (2024), as práticas de resistência — mesmo diante da negligência estatal e empresarial, revelam o potencial contra-hegemônico dos povos indígenas na rearticulação de direitos, reconhecimento e pertencimento, apontando a urgência de práticas decoloniais verdadeiramente comprometidas com a inclusão e a justiça histórica.

A análise das entrevistas realizadas no Povoado Sangue, em Uruçuí-PI, revelou um contexto em que práticas estatais, ainda que aparentemente benevolentes, operam como mecanismos de poder que invisibilizam e marginalizam os saberes e modos de vida indígenas. A identidade indígena, historicamente marcada por traumas e silenciamentos, permanece fragilizada pela herança colonial, reproduzida nas estruturas administrativas e simbólicas do Estado. A autodeclaração como indígena é atravessada por medos e estigmas herdados de massacres perpetrados por agentes do poder local, como os “coronéis”, cuja memória ainda condiciona a expressão pública da identidade.

O medo e os estigmas associados à autodeclaração indígena refletem a crítica de Cruz (2017) sobre como os indígenas são vistos como "gente sem religião, sem justiça e sem estado", a compreensão de que a identidade indígena é moldada por traumas históricos se alinha com a ideia de que a legitimidade do Estado não é neutra e pode fortalecer hierarquias de poder.

A ausência de reconhecimento legislativo e a fragilidade das garantias culturais colocam os povos originários em uma posição de resistência contínua, onde o direito de existir enquanto sujeito político e cultural é permanentemente contestado.

A pesquisa indica que as práticas estatais, embora pareçam benevolentes, acabam marginalizando os saberes indígenas. Essa observação é consistente com os argumentos de Freeman (1984) e Mitchell et al. (1997), que discutem a relação de legitimidade entre stakeholders, o Estado, enquanto stakeholder legítimo, pode, paradoxalmente, ser um agente que invisibiliza grupos como os indígenas, manipulando sua representatividade e marginalizando suas tradições.

A manutenção dos rituais ancestrais, como os ciclos de plantio e celebrações espirituais, destaca-se como uma das principais práticas de resistência frente ao apagamento simbólico promovido por práticas culturais impostas, como os festejos de São Pedro, organizados pela gestão pública local. Embora a prefeitura ofereça suporte técnico à produção agrícola e promova ações assistencialistas, como a doação de cestas básicas, a ausência de elementos culturais indígenas nessas iniciativas evidencia uma apropriação seletiva da presença indígena: valoriza-se o aspecto produtivo, mas negligencia-se o reconhecimento pleno da diversidade cultural e espiritual. Ao excluir os rituais indígenas dos eventos comunitários oficiais, legitima-se uma homogeneização cultural que atua como dispositivo de colonização simbólica, anulando formas próprias de expressão e organização social.

A continuação dos rituais ancestrais e a resistência cultural, conforme descrito na pesquisa, ecoam a concepção de decolonialidade discutida por Barbosa (2023). A imposição de festividades como os festejos de São Pedro é um exemplo claro de como práticas culturais estatais podem ser consideradas coloniais, apagando a diversidade cultural indígena e exercendo controle sobre a expressão cultural.

De acordo com Barbosa (2023), o termo "decolonialismo" ou "decolonialidade" refere-se ao conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que buscam diminuir e até reverter os efeitos da colonização nas sociedades que sofreram repressão social ao longo da história. É importante destacar que decolonialismo e descolonização são conceitos distintos. Enquanto a descolonização se relaciona com as lutas das colônias africanas, asiáticas e latino-americanas para conquistar independência de suas metrópoles, o decolonialismo sustenta que a independência política não eliminou as instituições, hábitos e práticas coloniais. Os estudos decoloniais demonstram que, mesmo após a conquista da independência política, as nações continuam a sofrer os impactos das feridas provocadas por séculos de colonialismo, incluindo questões como machismo e dependência cultural e acadêmica.

O campo da saúde indígena, por sua vez, revela outro eixo de tensão entre práticas estatais e epistemologias indígenas. Apesar da existência de políticas específicas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, a realidade local é marcada por ausência de estrutura, escassez de profissionais capacitados e desconsideração da interculturalidade nos serviços prestados. A denúncia feita pelos entrevistados aponta para a persistência de um modelo biomédico hegemônico, que ignora as especificidades socioculturais dos povos originários. Assim, o que se configura como política pública de inclusão acaba por reproduzir a lógica da exclusão, ao desconsiderar os saberes tradicionais e as práticas de

cuidado próprias das comunidades indígenas, deslegitimando sua autonomia sanitária e espiritual.

Sobre a política de saúde, que aponta a desconsideração pela interculturalidade e a prevalência de um modelo biomédico, reforça a crítica de que, mesmo com políticas públicas em vigor, o que se observa é uma inclinação para a exclusão na prática. Essa realidade é bem documentada Scholte (2021), que fala da marginalização de minorias nos processos de reconhecimento de direitos.

Para Scholte (2021), os governos, em muitos contextos, reivindicam legitimidade para definir quem é parte legítima da nação e quem pode ser excluído de direitos políticos, sociais e territoriais. Essa situação é evidente na marginalização de povos indígenas, imigrantes e minorias étnicas, que frequentemente enfrentam barreiras institucionais para o reconhecimento de seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar as relações de poder entre o Estado e os povos indígenas, com enfoque no Povoado Sangue, em Uruçuí-PI, por meio da análise de entrevistas. Os dados obtidos revelaram uma realidade complexa, onde vozes indígenas e de membros da gestão pública se entrelaçam em um cenário marcado pela história de opressão e resistência cultural. A pesquisa destacou que práticas estatais, embora aparentemente benéficas, frequentemente contribuíram para a marginalização e invisibilidade dos saberes indígenas.

O estudo levantou algumas questões principais: (1) a herança histórica de violência e o medo de se identificar como indígena, resultando em uma luta contínua pela valorização da identidade; (2) a importância dos rituais ancestrais como formas de resistência cultural e conexão com a natureza; (3) o acesso à saúde e a necessidade de adequação dos serviços públicos às especificidades culturais dos povos indígenas; e (4) a crítica à falta de políticas públicas que reconheçam efetivamente a identidade e os direitos dos indígenas no Povoado Sangue.

Como limitação, destaca-se que a realização das entrevistas foi condicionada ao interesse e à disponibilidade dos participantes, o que pode ter restringido o número de respondentes. No entanto, por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, o número de entrevistas realizadas foi considerado suficiente para alcançar os objetivos propostos, não sendo necessária a ampliação da amostra.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do escopo para incluir outras comunidades indígenas do estado e a realização de estudos comparativos que abordem as políticas públicas em diferentes contextos. Também seria interessante desenvolver uma abordagem participativa na coleta de dados, permitindo que as vozes indígenas se tornem protagonistas na elaboração e discussão dos temas que os afetam. Essas considerações sinalizam a urgência de um reconhecimento mais amplo e respeitoso das realidades indígenas, que não apenas garanta o acesso a direitos básicos, mas também valorize a diversidade cultural como parte integrante da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S.. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALSAYEGH, Maha Faisal; RAHMAN, Rashidah Abdul; HOMAYOUN, Saeid. Corporate Economic, Environmental, and Social Sustainability Performance Transformation through ESG Disclosure. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 9, p. 3910, 11 maio 2020. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su12093910>.
- ARIF, Imran; DUTTA, Nabamita. Legitimacy of government and governance: legitimacy of government and governance. **Cambridge University Press**. Cambridge University Press, p. 1-23. 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-institutional-economics/article/legitimacy-of-government-and-governance/FDADFEB09B4277A9D0FEF27115FBE3AA>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- ATLEO, Clifford; BORON, Jonathan. Land Is Life: indigenous relationships to territory and navigating settler colonial property regimes in canada. **Land**, [S.L.], v. 11, n. 5, p. 609, 21 abr. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/land11050609>.
- BELAUDE, L. E. Viver bem e a cerâmica: técnicas artefatuais e sociais na Amazônia. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 9, n. 2, p. 185-200, jul./dez. 2017.
- BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa Em Educação - Uma Introdução A Teoria E Aos Métodos**. 12. ed. Porto: Porto Editora, 2003.
- BRAUN, Caelesta; BUSUIOC, Madalina. Stakeholder engagement as a conduit for regulatory legitimacy? **Journal Of European Public Policy**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 1599-1611, 1 nov. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13501763.2020.1817133>.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2002.
- COLE, Daniel G.; HART, E. Richard. The Importance of Indigenous Cartography and Toponymy to Historical Land Tenure and Contributions to Euro/American/Canadian Cartography. **Isprs International Journal Of Geo-Information**, [S.L.], v. 10, n. 6, p. 397, 8 jun. 2021. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ijgi10060397>.
- DIAMOND, Alex. The Narrative Construction of State (il)Legitimacy in Colombia's Peace Laboratory1,2. **Sociological Forum**, [S.L.], v. 38, n. 4, p. 1311-1333, 24 out. 2023. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/socf.12971>.
- DODWORTH, Kathy. Legitimation as Political Practice: crafting everyday authority in tanzania. **Cambridge University Press**, [S.L.], p. 1-23, 5 maio 2022. Mensal. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/9781009030397>.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERNSEY, Paul. Indigenous Philosophies of Land and Their Importance for Anticolonial Camaraderie. **The American Indian Quarterly**, [S.L.], v. 47, n. 3, p. 251-287, jun. 2023. Project MUSE. <http://dx.doi.org/10.1353/aiq.2023.a917905>.

HILBRICH, Sören. Legitimacy as the right to function. **Critical Review Of International Social And Political Philosophy**, [S.L.], v. 27, n. 5, p. 786-807, 4 dez. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13698230.2021.2008134>.

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/urucui.html>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MCGAHAN, Anita M.. Integrating Insights From the Resource-Based View of the Firm Into the New Stakeholder Theory. **Journal Of Management**, [S.L.], v. 47, n. 7, p. 1734-1756, 25 jan. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0149206320987282>.

MONDARDO, Marcos. Indigenous territories and territorialities in Brazil: conflicts, re-existences and rights.. **Textos y Contextos**, [S.L.], v. 1, n. 26, p. 3982, 4 jan. 2023. Universidad Central del Ecuador. <http://dx.doi.org/10.29166/tyc.v1i26.3982>.

OJONG, Nathanael. Indigenous land rights: where are we today and where should the research go in the future?. **Settler Colonial Studies**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 193-215, 10 fev. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/2201473x.2020.1726149>.

PERUZZO, Pedro Pulzatto; OZI, Giulia. O direito à autoidentificação dos povos indígenas como direito fundamental. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 15, n. 2, e34252, 2020. DOI: 10.5902/1981369434252. Disponível em: <www.ufsm.br/revistadireito>. Acesso em: 09 de abr. 2025.

ROSALES, Christian A.. Territories of Fire: indigenous communities, land, and anarchy among a highland people in mindoro. **Journal Of Ethnology And Folkloristics**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 239-272, 1 dez. 2022. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.2478/jef-2022-0021>.

SANTANA, Anchieta. **Uruçuí: uma história a ser desbravada**. 2011. Disponível em: <http://www.noticiasdeurucui.com.br/noticias/urucui-uma-historia-a-ser-desbravada-8104.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SARIGUMBA, Maria Paula; SORIANO, Marlene; ROBSON, James P.; QUIVIQUIVI, Ignacio; CABRERA, Olga Lidia. Understanding the role of youth in Indigenous territorial governance: understanding the role of youth in indigenous territorial governance. **Frontiers In Environmental Science**. Canadá, p. 1-18. 19 out. 2023.

SILVA, Ana Maria de Barros da. **Rituais e identidades indígenas no Sertão do Rio São Francisco**. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, 2024.

STARCK, Gilberto; FONTANA, Darielli Girndi Resta. Políticas de saúde dos povos indígenas: avanços e retrocessos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)**, [S.l.], v. 11,

n. 2, 2023. Disponível em: <[http://www.unifafibe.com.br="" revista="" index.php="" direitos-sociais-politicas-pub="" index="">](http://www.unifafibe.com.br=). Acesso em: 09 de abr.2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Tópico das Notícias	Perguntas
Nativos do Povoado Sangue	<ol style="list-style-type: none">1. O massacre e a perseguição desses povos impactaram a identidade cultural e social de seus descendentes? De que forma?2. Há iniciativas locais ou governamentais para o reconhecimento e valorização dessa herança indígena?3. Como a história dos indígenas do Povoado Sangue tem sido retratada pelos historiadores e pelo meio acadêmico?
Rituais Ancestrais	<ol style="list-style-type: none">1. De que forma esses rituais contribuem para a preservação da cultura e da identidade dos povos indígenas da região?2. De que forma a realização de rituais no Povoado Sangue pode ser vista como um ato de resistência indígena frente à marginalização histórica desses povos?3. Existem outras iniciativas culturais ou comunitárias que buscam manter viva a memória dos povos indígenas da região?
Acesso a saúde no Povoado Sangue	<ol style="list-style-type: none">1. Houve melhorias do atendimento à saúde no Povoado Sangue pela gestão pública?2. Como a população tem avaliado o funcionamento dos pontos de atendimento desde sua inauguração?3. Há profissionais de saúde suficientes para garantir um atendimento contínuo e de qualidade?
Festejo de São Pedro	<ol style="list-style-type: none">1. Há elementos da cultura indígena incorporados nessas festividades ou elas refletem apenas tradições não indígenas?2. Além do entretenimento e do incentivo ao esporte, o evento trouxe benefícios estruturais para a comunidade, como melhorias em infraestrutura ou serviços públicos?
Aração de Terras	<ol style="list-style-type: none">1. Qual a importância da agricultura familiar para os moradores do Povoado Sangue?2. Além da aração de terras, existem outros incentivos governamentais voltados para o fortalecimento da agricultura familiar no Povoado Sangue?3. Essa iniciativa é uma ação estruturante para a agricultura local ou apenas como uma medida pontual?

